

Manuais para ensinar a ensinar leitura e escrita (1940-1950) na história da alfabetização no Brasil

Maria do Rosário Longo Mortatti

Como citar: MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Manuais para ensinar a ensinar leitura e escrita (1940-1950) na história da alfabetização no Brasil. *In:* MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita:** métodos e material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 199-222.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4.p199-222>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MANUAIS PARA ENSINAR A ENSINAR LEITURA E ESCRITA (1940-1950) NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Maria do Rosário Longo Mortatti

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, no Brasil, vêm-se expandindo estudos e pesquisas acadêmico-científicos sobre livro didático, em diferentes campos de conhecimento e com diferentes abordagens teórico-metodológicas. Como se sabe, essa expansão está também relacionada com a implementação de programas governamentais/políticas públicas para a educação, com a consolidação do mercado editorial desse tipo de impresso e com a consolidação de programas de pós-graduação em Educação e em áreas afins.

Nos campos da história da educação e da história da alfabetização,¹ igualmente se constata, nas três últimas décadas, acentuado crescimento quantitativo e qualitativo das pesquisas sobre livro didático, seja como objeto de investigação, seja como fonte para o estudo de temas específicos ou das matérias/disciplinas escolares.² O potencial explicativo dessas pesquisas

¹ Reflexões sobre a constituição do campo da história da alfabetização se encontram em Mortatti (2011).

² Como estudos matriciais para a produção da história do livro didático no Brasil, devem-se destacar os de Pfromm Neto, Rosamilha e Dib (1974), Hallewell (1985), Arroyo (1968), Bittencourt (1993, 2004) e Lajolo (1996). Para a expansão, em diversos países, de pesquisas sobre história do livro didático, colaboraram decisivamente as realizadas pelo professor e pesquisador francês Alain Choppin. [Síntese da atuação e produção desse pesquisador se encontra no texto de Circe Bittencourt, que integra este livro. N.O.]. No Brasil, essa expansão foi acompanhada da criação de grupos e projetos de pesquisa, bancos de dados e acervos especializados, com destaque para: Projeto LIVRES, criado em 1994, sob coordenação de Circe Bittencourt, junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; e “História das disciplinas escolares e dos livros didáticos”, coordenado por Circe Bittencourt e Kazumi Munakata, junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em Munakata (2012), há importante análise da

tem propiciado compreender importantes aspectos relativos tanto ao livro didático quanto à educação e à alfabetização.

Com o objetivo de contribuir para a compreensão desses aspectos, relacionadamente à história da alfabetização no Brasil, apresento, neste texto, reflexões sintéticas sobre principais aspectos da configuração textual³ de cinco manuais de ensino escritos por brasileiros e destinados (na íntegra ou em alguns capítulos) a ensinar a ensinar leitura e escrita no curso primário.⁴ Com primeiras edições publicadas nas décadas de 1940 e 1950, com circulação até pelo menos a década de 1970, por editoras à época proeminentes na edição de livros didáticos, em consonância com as orientações oficiais e políticas educacionais, esses manuais de ensino colaboraram para processos de constituição, instituição, transmissão e perpetuação de um conjunto de saberes considerados necessários para a formação e atuação de professores primários. Não, porém, como mera “transposição didática” (CHEVALLARD, 1991) de saberes científicos, mas como constituintes de saberes criados no âmbito de disciplinas curriculares e integrantes de uma cultura escolar⁵ até hoje atuante nas práticas de ensino de leitura e escrita, no Brasil.

constituição desse campo de pesquisa. Relacionados mais especificamente com o campo da história da alfabetização, podem-se destacar: Projeto “Memória da leitura”, coordenado por Marisa Lajolo e Márcia Abreu, junto ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), sediado na Universidade Federal de Minas Gerais e dirigido atualmente por Isabel C. A. S. Frade; Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil” (GPHSELLB), sediado na Universidade Estadual Paulista (Unesp) – campus de Marília e coordenado por Maria do Rosário L. Mortatti; Projeto Memórias da Alfabetização, vinculado ao História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES), vinculado à Universidade Federal de Pelotas/RS e coordenado por Eliane Peres; ALLE – Alfabetização, Leitura e Escrita, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP e coordenado por Lilian L. Martin da Silva.

³ As reflexões apresentadas neste texto vêm ampliar aspectos indicados em Mortatti (2000a) e Mortatti et al. (2009). Trata-se de reflexões decorrentes de pesquisas desenvolvidas, entre 2001 e 2009, no âmbito do GPHSELLB, criado em 1994. Assim como faço sinteticamente neste texto, nessas pesquisas também se analisou a configuração textual de manuais de ensino que tratam do ensino da linguagem (leitura e escrita), ou contendo capítulos dedicados a esse ensino. Esse método de análise consiste em abordar o conjunto de aspectos constitutivos do sentido de um texto – considerado como discurso – os quais são designados por meio da expressão “configuração textual”, que se refere: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. Para expansão do conceito de configuração textual, ver Magnani (1993) e Mortatti (2000a).

⁴ Reflexões sobre outros manuais de ensino podem ser vistas no capítulo de Maria Teresa Santos Cunha, que integra este livro. [N.O.].

⁵ Emprego aqui o termo “cultura escolar” entendido como “[...] certos conteúdos cognitivos e simbólicos, que selecionados, organizados, normatizados e rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem

MANUAL DE ENSINO: UM TIPO DE LIVRO DIDÁTICO

Sob a denominação genérica “livro didático”, podem-se distinguir diferentes tipos⁶ desse objeto multifacetado, que se apresenta como gênero textual impresso, “suporte de conteúdo educativo” e “instrumento pedagógico”, dirigido (por indicação expressa do autor ou da editora, ou por “funcionamento”/”uso” como tal) à utilização nos diferentes níveis e modalidades de ensino.⁷

No que se refere especificamente ao ensino de leitura e escrita no curso primário no Brasil,⁸ podem-se distinguir dois tipos básicos de livros com finalidades didáticas: aqueles destinados à utilização por parte dos alunos; e aqueles destinados à utilização por professorandos/alunos dos cursos de formação de professores primários.⁹

Dentre os do primeiro tipo, têm-se os que receberam as seguintes denominações predominantes, conforme ordem cronológica e em correspondência com os níveis e modalidades de ensino a que se destina(va)m:

- “cartilha para o ensino da leitura” (meados do século XIX a início do século XX); “cartilha de alfabetização” (do início ao final do século XX); e “livro de alfabetização ou letramento” (a partir das décadas finais do século XX);¹⁰
- “livro de leitura”, que, com as cartilhas, integrava “séries de leitura graduada” (meados do século XIX a meados do século XX); e “livros de

habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.” (FORQUIN, 1993, p. 167). Relativamente à cartilha de alfabetização, essas reflexões se encontram em Mortatti (2000b).

⁶ A respeito da tipologia, classificação e designações desse tipo de impresso escolar, ver, especialmente, Choppin (2004, 2009).

⁷ Reflexões sobre o assunto estão no capítulo deste livro, em que Circe Bittencourt sintetiza as contribuições de Alain Choppin. [N.O.].

⁸ Utilizo aqui a denominação “curso primário” para me referir ao nível e modalidade de ensino, instituído formalmente no final do século XIX e correspondente ao que atualmente se denomina “anos iniciais do ensino fundamental”. São denominações atribuídas, em diferentes momentos históricos, ao nível de ensino com finalidades e características relativamente semelhantes, ofertado nos anos iniciais de escolarização de crianças. Essas denominações foram estabelecidas, respectivamente: em regulamentações da instrução pública paulista, elaboradas após a proclamação da República; na Lei Federal n.5692/1971; e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.9394/1996, complementada pela Lei n.11.274/2006, que regulamenta o Ensino Fundamental de 9 Anos.

⁹ A respeito dessa diferença de destinação, ver Chartier (2004).

¹⁰ Embora não sejam objetos de análise neste texto, destaco que, no âmbito do GPHELLB, há também significativa produção de pesquisas sobre cartilhas de alfabetização e livros de leitura publicados nos séculos XIX e XX.

língua portuguesa”, “livro de comunicação e expressão em língua portuguesa” e “livro de Português” (a partir da segunda metade do século XX, também compoendo séries de livros).

Dentre os do segundo tipo – para uso dos alunos dos cursos de formação de professores primários – têm-se os que receberam as denominações predominantes: “tratado” (século XIX);¹¹ e “compêndio” e “manual de ensino” (até a segunda metade do século XX).

Ainda que provisória, essa tentativa de caracterização dos impressos identificados como “livros didáticos” visa, não a estabelecer uma tipologia fixa, mas a atender à necessidade de compreensão das mudanças e permanências desse tipo de impresso dirigido ao ensino da leitura e escrita, ao longo da história da educação republicana brasileira, em especial no período abordado neste texto. As diferentes denominações são, obviamente, indicativas de mudanças de concepção, de função e de modo de produção, utilização e circulação de cada tipo de livro, correspondendo à mudança de objetivos e funções dos níveis/modalidades de ensino aos quais se destinavam, em diferentes momentos históricos e de acordo com princípios e finalidades político-educacionais a que se vinculavam.¹²

Com base nessa tipologia, para designar os livros didáticos destinados aos cursos de formação de professores primários, especialmente em meados do século XX, empregamos, nas pesquisas desenvolvidas no GPHELLB, a denominação “manual de ensino”.¹³ Nesse tipo de livro didático, eram compendiados (sumariados, resumidos, sintetizados, condensados, abreviados) os conhecimentos/noções básicos que caracterizavam um conjunto de saberes considerados necessários para o exercício do ofício de professor – dentre eles, os relativos ao ensino das matérias do curso primário –, visando

¹¹ No âmbito do GPHELLB, foram ainda desenvolvidas as pesquisas de Trevisan (2011) e Pereira (2013), que focalizam esses livros adotados nos cursos de formação de professores primários, no século XIX.

¹² Deve-se ressaltar que, devido à delimitação temática deste texto, não serão aqui enfocados pelo menos dois aspectos importante sobre o assunto: livros de outros tipos, principalmente teóricos e literários, apesar de não terem sido produzidos originalmente para finalidades didáticas, também “funcionaram” como livros didáticos, seja nos cursos primário e secundário, seja nos cursos de formação de professores; e alguns manuais eram também destinados ou utilizados em cursos de formação em nível superior e por professores em exercício.

¹³ Essas reflexões dialogam, em certa medida, com os estudos de Carvalho (2006a, 2007), que, conforme diferentes caracterizações e utilizações previstas, classifica os livros didáticos desse tipo em: “tratados”, “caixa de utensílios” e “guias de aconselhamento”; e Silva (2001), que prefere a denominação “manual pedagógico” para se referir ao tipo de livro didático que denominamos “manual de ensino”, nas pesquisas do GPHELLB.

à profissionalização do magistério. Além de textos de estudo para os professorandos, funcionavam como manual de ensino, pois eram constituídos predominantemente de prescrições e instruções relativas a normas, procedimentos e atividades a serem executadas pelos professores, com o objetivo de concretizar os princípios e finalidades político-educacionais.¹⁴

MANUAIS PARA ENSINAR A ENSINAR LEITURA E ESCRITA PUBLICADOS NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950, NO BRASIL

Os cinco manuais de ensino enfocados neste texto são os seguintes, conforme ordem cronológica de publicação:

Práticas escolares: de acordo com o programa de prática de ensino do curso normal e com orientações do ensino primário (1940), de Antônio d'Ávila (Editora Saraiva (SP));

- *Metodologia da linguagem* para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação (1949), de J. Budin (Companhia Editora Nacional (SP));
- *Noções de metodologia do ensino primário*: para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia (1950), de Theobaldo Miranda Santos (Companhia Editora Nacional (SP));
- *Metodologia da linguagem* (1951), de Orlando Leal Carneiro (Editora Agir (RJ)); e
- *Metodologia do ensino primário*: contendo a matéria dos 2º e 3º anos do curso normal (1955), de Afro do Amaral Fontoura (Editora Aurora (RJ)).

Tratando especificamente de metodologia da linguagem ou de metodologia geral do ensino primário, com capítulos sobre o ensino de leitura, escrita, linguagem, esses manuais estão estruturados em unidades

¹⁴ Essas características remetem à crítica de Lajolo (1996) ao livro didático como “(quase) manual de usuário”. Em relação ao ensino de leitura e escrita, esses manuais passaram a ocupar o lugar das prescrições e instruções didáticas divulgadas em documentos oficiais e na imprensa pedagógica, que circulavam entre as décadas de 1890 e 1910, especialmente no estado de São Paulo. Prescrições e instruções para o exercício do ofício do professor se tornaram necessárias especialmente com as reformas educacionais efetuadas após a proclamação da República, no estado de São Paulo, como decorrência da necessidade de organização sistemática da instrução pública, de uniformização de métodos e procedimentos didáticos assim como de profissionalização da atividade docente. Nesse momento, também se intensificou processo mais sistemático de avaliação e adoção oficiais de livros didáticos para o ensino da leitura e escrita. A respeito desse processo, ver, especialmente, Mortatti (2000a) e Oliveira e Trevisan (2013). [Sobre esse assunto, ver o capítulo de Márcia Razzini, que integra este livro. A propósito da questão do livro didático no século XIX, no Brasil, ver o capítulo de Kazumi Munakata, o qual também integra este livro. N.O.].

ou capítulos, contendo exposição sintética de cada assunto e exercícios para estudo, sugestões de trabalhos, notas práticas e indicações de leitura.

Práticas escolares..., de Antônio d'Ávila (1903-1989),¹⁵ teve a primeira edição publicada em 1940, pela Editora Saraiva (SP), na Coleção de Ensino Normal, dirigida pelo professor Adolfo Packer. Em 1944, foi acrescentado o volume 2 e, a partir de 1954, o volume 3, ambos com caráter de complementação ao de 1940, o qual passou a constituir o 1º volume (com 340 páginas), publicado até a 8ª edição, de 1958.

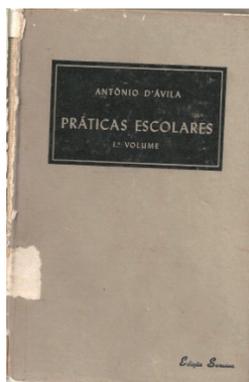


Figura 1 – Capa de *Práticas escolares*, de Antônio d'Ávila, 8ª edição, 1958, v.1. Fonte: Acervo do GPHELLB – Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”.

Dentre os 30 capítulos da 1ª edição, cinco são destinados ao ensino da leitura e da escrita e da linguagem oral e escrita. Os demais tratam de assuntos gerais, tais como: organização escolar, testes para organização dos alunos em classes homogêneas, formação e aperfeiçoamento do professor, métodos de ensino, livro didático, projetos, centros de interesse, biblioteca

¹⁵ Antônio d'Ávila nasceu na cidade de Jaú-SP, em 1903, e faleceu em 1989, na capital do estado de São Paulo. Realizou seus estudos primários em grupos escolares nessa capital, ingressou na Escola Normal de São Paulo, em 1917, diplomou-se professor, em 1920, e passou a se dedicar ao magistério e aos problemas da educação. Atuou em todos os graus do magistério e ocupou importantes cargos na administração escolar: lecionou em grupo escolar e em escolas distritais, rurais e reunidas, foi lente de Didática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, diretor do Serviço de Orientação Pedagógica do Departamento de Educação de São Paulo e diretor geral desse Departamento. Proferiu diversas conferências e atuou, também, como redator de periódicos, crítico pedagógico e tradutor de livros. É autor de: 23 manuais de ensino; 23 livros didáticos; 3 capítulos de livros; 78 artigos em periódicos; 102 textos na coluna “Escola Pitoresca”; 65 artigos na coluna “Galeria de Patronos de Escolas”; 29 textos biográficos; 20 conferências e discursos; uma tese de concurso; uma cotradução; uma entrevista; e 7 textos não publicados. Todas essas informações foram extraídas de Trevisan (2003), onde se encontra estudo detalhado sobre d'Ávila e o manual *Práticas Escolares*.

do professor, reforma ortográfica, ensino das diferentes matérias do curso primário. Na 8ª edição, são acrescentados dois capítulos: sobre caixa escolar e sobre tarefas para casa.

Baseando-se em estudos de autores, como o brasileiro Manoel Bergström Lourenço Filho, o porto-riquenho/cubano Alfredo M. Aguayo e o português Antonio F. de Castilho,¹⁶ d'Ávila apresenta um “breve histórico” do ensino da leitura, salienta a importância dos métodos de ensino, da motivação do aluno e dos aspectos psicológicos, os quais devem ser considerados, no ensino da leitura e da escrita, recomendando a aplicação dos testes ABC, de Lourenço Filho.¹⁷

E, como conclui Trevisan (2003), as posições e orientações expostas por D'Ávila se encontram estreitamente relacionadas com as sustentadas por Alfredo A. Aguayo, no livro *Didática da Escola Nova*, publicado no Brasil em 1959, pela Companhia Editora Nacional, com tradução e notas por J. B. Damasco Penna e Antonio d'Ávila.

Metodologia da linguagem..., de J. Budin (1914-1953),¹⁸ foi publicado em 1949 pela Companhia Editora Nacional de São Paulo (SP). Não foram localizadas informações sobre outras edições desse manual, mas é possível presumir que teve grande circulação entre os normalistas, pois consta em um exemplar da 1ª edição a indicação de tiragem de 4.623 exemplares.

¹⁶ É importante lembrar que Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), além de escritor e polemista, foi o criador do Método Castilho para o ensino de leitura, bastante conhecido e adotado inclusive no Brasil, no século XIX. A respeito desse método, ver, especialmente: Boto (2004).

¹⁷ Trata-se dos testes ABC, para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita, criados por Lourenço Filho e apresentados aprofundadamente em Lourenço Filho (1934). Estudo detalhado sobre o livro e os testes ABC está em Magnani (1996) e Mortatti (2000a). [Sobre a atuação de Lourenço Filho para a formulação de políticas para o livro didático, ver o texto de Estela Bertoletti, que integra este livro. N.O.].

¹⁸ Janetta Budin nasceu em 1914, no estado do Rio Grande do Sul, e faleceu em 1953, na cidade do Rio de Janeiro. Diplomou-se em Letras pela Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF) e foi professora catedrática no Instituto de Educação do Distrito Federal. Além de *Metodologia da linguagem...*, é coautora, com Sílvio Elia, de: *Compêndio de Língua e Literatura: gramática – literatura – antologia* (1951); e *Compêndio de língua e literatura: para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação, Faculdades de Filosofia e alunos do Colegial* (1953), composto por três volumes, todos publicados pela Companhia Editora Nacional (SP). Essas informações foram extraídas de Sales (2009), onde se encontra estudo sobre Budin e o manual *Metodologia da linguagem*.

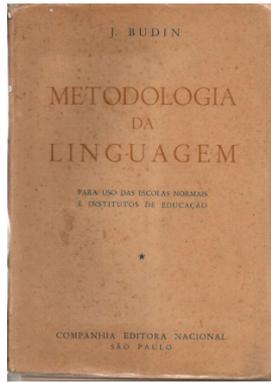


Figura 2 – Capa de *Metodologia da Linguagem*, de J. Budin, 1949.

Fonte: Acervo do GPHELLB – Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”.

Trata-se do primeiro manual específico para o ensino da linguagem. É composto por 168 páginas, com sete unidades, antecedidas pela apresentação do Programa de Ensino do Curso Normal do Instituto de Educação do Distrito Federal. Seis unidades se destinam aos alunos da 2ª série do Curso Normal e contemplam os seguintes assuntos: linguagem, relações entre criança e linguagem e fundamentos metodológicos de seu ensino, ensino da leitura e da escrita, ensino da composição, da ortografia e da gramática. A unidade 7 é dirigida aos alunos do 3ª série do Curso Normal e aborda o ensino da literatura infantil. Ao final de cada unidade, a autora faz sugestões de propostas de atividades e temas para discussões e insere uma relação de livros para leitura complementar.

A autora define linguagem como conjunto de símbolos, cuja origem é inata nas pessoas, e critica a concepção de infância adotada pela “Escola Tradicional”, defendendo, em especial, a necessidade de reconhecer os interesses da criança e de utilizar o “método de projetos”, para motivação da aprendizagem e do trabalho coletivo.

Apresenta também as bases teóricas dos métodos de ensino de leitura e escrita, citando Jean Piaget e expoentes do ideário da Escola Nova, como Édouard Claparède, John Dewey, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Destaca a importância da maturidade para a aprendizagem da leitura e escrita, propõe a aplicação dos testes ABC e sugere a leitura de *Didática da Escola Nova*, de A. M. Aguayo, assim como de *Práticas escolares*, de d’Ávila.

Noções de metodologia do ensino primário..., de Theobaldo Miranda Santos (1905-1971),¹⁹ foi publicado em 1950, pela Companhia Editora Nacional (SP), como volume 10 da coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”. A mais recente edição localizada é a 11ª, de 1967.

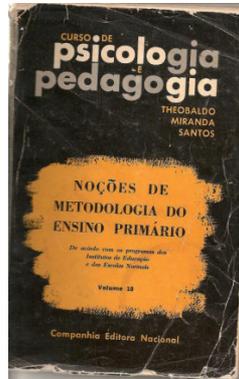


Figura 3 – Capa de *Noções de metodologia do ensino primário*, de Theobaldo Miranda Santos, 11ª edição, 1967.

Fonte: Acervo do GPHELLB – Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”.

O manual é dedicado a Orlando Leal Carneiro, que certamente é um dos autores a quem Santos se refere, na advertência que faz no prefácio: “Nada tendo de novo e original, este compêndio procura resumir e sistematizar os ensinamentos metodológicos dos melhores autores nacionais e estrangeiros”

O manual é composto por 251 páginas e está organizado em duas partes, tratando, respectivamente, de: Metodologia Geral, onde se abordam evolução dos processos, formas, modos e material didáticos, com destaque para métodos ativos e escola nova; e de Metodologia Especial das diferentes matérias do curso primário, dentre as quais: metodologia da leitura, metodologia da escrita e metodologia da linguagem oral. Ao final de cada capítulo, são apresentados exercícios, sob a forma de questionário a respeito da matéria estudada, notas e bibliografia.

¹⁹ Theobaldo Miranda Santos nasceu em 1905 e faleceu em 1971. Foi professor catedrático do Instituto de Educação da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula e da Universidade Católica do Rio de Janeiro e ficou conhecido, especialmente, por ter produzido uma significativa quantidade de manuais de ensino destinados aos cursos de formação de professores primários, no Brasil. Dentre as temáticas de seus manuais de ensino, destacam-se os manuais sobre Metodologia do ensino primário, Psicologia, Filosofia, História da Educação, Didática, Pedagogia e Administração Escolar. As informações contidas neste tópico foram extraídas de Carvalho (2001), onde se tem estudo sobre Santos e o manual *Noções de metodologia do ensino primário*.

Em relação às metodologias da leitura e da escrita, após breve exposição sobre a evolução histórica dos métodos de ensino, Santos defende o método analítico, que considerava um “aperfeiçoamento” do método proposto pelo professor francês Joseph Jacotot (1770-1840), no livro *Ensino universal da língua materna* (1818).

O autor destaca, também, a importância de despertar na criança a motivação, o interesse pela leitura, assim como a necessidade de o professor procurar se ajustar às características e capacidades de cada aluno. Para a seleção do método para o ensino da leitura e da escrita, Santos (1967) afirma que três argumentos devem ser direcionadores: o psicológico, o pedagógico e o fisiológico. Enfatiza, ainda, a necessidade de utilização dos testes ABC, de Lourenço Filho.

Metodologia da linguagem, de Orlando Leal Carneiro (1893-1977,²⁰ foi publicado, presumivelmente, em 1951, pela Editora Agir (RJ), como volume 1 da “Biblioteca de Cultura Pedagógica”. A 2ª edição (revista e melhorada), com prefácio de Theobaldo Miranda Santos, foi publicada em 1955, e a 3ª edição, em 1959.

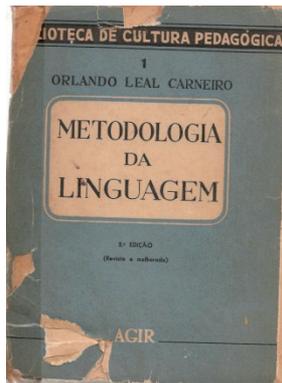


Figura 4 – Capa de *Metodologia da linguagem*, de Orlando Leal Carneiro, 2ª edição, 1955.

Fonte: Acervo do GPELLB – Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”.

²⁰ Orlando Leal Carneiro nasceu em 1893 e faleceu em 1977. Atuou como professor catedrático da disciplina Metodologia da Linguagem, na Universidade Católica e no Instituto de Educação do Distrito Federal e foi chefe de Distrito Educacional da prefeitura do Rio de Janeiro. Até o momento, não foi possível localizar outras informações sobre esse educador e sua produção bibliográfica. *Metodologia da linguagem* teve pelo menos três edições, sendo a primeira presumivelmente de 1950 e a mais recente que foi possível localizar, a 3ª edição, de 1959. As informações apresentadas neste tópico foram extraídas de Galluzzi (2006), onde se encontra estudo preliminar sobre Carneiro e o manual *Metodologia da linguagem*.

O manual é composto de 321 páginas e está organizado em cinco partes, subdivididas em 11 unidades, nas quais são tratados assuntos, tais como: fundamentos filosóficos da linguagem e fundamentos psicológicos da linguagem infantil; objetivos e fundamentos históricos, psicológicos e metodológicos do ensino da linguagem; ensino da leitura e da escrita; ensino da elocução e da composição; ensino da ortografia e da gramática; “técnicas de medida objetiva da aprendizagem da linguagem”; e linguagem nos programas das escolas primárias do Distrito Federal.

Além da bibliografia ao final de cada parte, ao longo das unidades são citadas quase quatro centenas de nomes de autores de livros sobre assuntos correlatos ao tema de cada tópico, dentre os quais estão Antonio d’Ávila, Theobaldo Miranda Santos, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, A. M. Aguayo, Édouard Claparède.

Carneiro destaca que, antes de estudar os métodos de ensino, é preciso estudar a criança, levando em consideração seis fatores relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita: fatores higiênicos; matéria de leitura; vocalização na leitura e formação de hábitos linguísticos; inteligência do aluno; diferenças individuais; e apreciação. Para isso, recomenda a aplicação dos testes ABC.

Sobre a preparação para o ensino da leitura e da escrita, o professor deve contemplar a preparação, iniciação, graduação, aplicação e correção de defeitos. Para o ensino específico da boa escrita, salienta a necessidade de enfatizar a legibilidade, a rapidez e a beleza.

Metodologia do ensino primário..., de Afro do Amaral Fontoura (1912-19--),²¹ foi publicado em 1955, pela Editora Aurora (RJ). Em 1957, foram publicadas a 2ª e a 3ª edições, em 1959, presumivelmente, a 4ª e 5ª edições, e, em 1961, a 6ª e 7ª edições. Em 1965, foram publicadas

²¹ Afro do Amaral Fontoura nasceu em 1912. Diplomou-se bacharel pela Faculdade de Filosofia do Brasil e atuou como professor na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula e na Escola de Comando e Estado Maior do Exército e, como professor titular, nas seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal. Foi presidente da Associação Brasileira das Escolas Normais, na década de 1960, além de presidir o 1º Congresso Brasileiro de Ensino Normal, realizado no Rio de Janeiro. Sua produção bibliográfica foi significativa, sobretudo a de manuais de ensino. Teve publicados: uma cartilha; quatro compilações de legislação educacional; 19 manuais de ensino e alguns artigos em periódicos. Era o representante da Escola Viva, vertente católica da Escola Nova. As informações apresentadas neste tópico foram extraídas principalmente de Francisco (2006), onde se encontra estudo preliminar sobre Amaral Fontoura e o manual *Metodologia da Linguagem*.

a 11ª, 12ª e 13ª edições; em 1966, a 14ª, 15ª e 16ª edições; e, em 1971, a 18ª edição, provavelmente a última.

Assim como os manuais de Orlando Leal Carneiro e Theobaldo Miranda Santos, *Metodologia do ensino primário*, de Afro do Amaral Fontoura, integrava uma coleção, a “Biblioteca Didática Brasileira – série I – Escola Viva”. Dirigida pelo autor do manual, a coleção tinha como objetivos ensinar ao professor o que fazer e também mostrar como fazer, “[...] tudo dentro de um espírito de grande equilíbrio, que fica equidistante da ‘escola velha’ e dos exageros da ‘escola nova’.” (EDITORA AURORA, 1971, p. XXII).

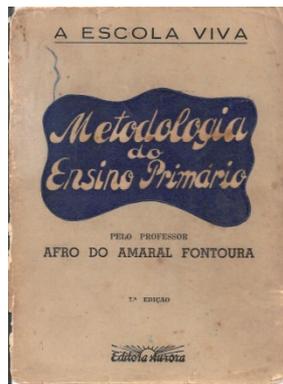


Figura 5 – *Metodologia do ensino primário...*, de Afro do Amaral Fontoura, 7ª edição, 1961.

Fonte: Acervo do GPHELLB – Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”.

O manual contém 449 páginas e está organizado em cinco partes e 10 capítulos. Para esclarecer os objetivos do ensino de leitura e escrita, Amaral Fontoura trata de aspectos enfocados nos demais manuais abordados neste texto, como o problema da motivação da aprendizagem com base no interesse da criança e a recomendação de aplicação dos testes ABC, para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita. Em relação aos métodos de ensino de leitura, após apresentá-los, defende a utilização de qualquer um deles, desde que possa atender às necessidades da aprendizagem. E, quanto ao ensino da escrita, sustenta a ideia de seu caráter prático e educativo, que tem como objetivo registrar a fala, expressar pensamentos e multiplicar palavras. Conclui que leitura e escrita devem

ser ensinadas simultaneamente, devendo-se iniciar o ensino da escrita com letra manuscrita maiúscula e o da leitura com a letra de imprensa, dando preferência aos processos globais, que vão do “todo” para as “partes”.

OS MANUAIS DE ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO *TERCEIRO MOMENTO CRUCIAL* DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Conforme determinações legais e com mercado editorial de livro didático em franca expansão/consolidação, os manuais analisados compõem o processo de publicação sistemática, entre as décadas de 1940 e 1950, de manuais de ensino escritos por brasileiros, com base em suas experiências didáticas consideradas bem-sucedidas.

Sintonizados com o contexto educacional do momento histórico em que foram publicados e em que circularam, esses manuais apresentam muitas semelhanças importantes entre si, dentre as quais se podem destacar: bases teóricas comuns em relação à educação e ao ensino; indicação para uso em cursos normais das escolas normais e dos institutos de educação, em consonância com a legislação sobre livro didático e com finalidades e programas do ensino normal e do ensino primário, estabelecidos em nível federal pelas “leis orgânicas” de 1946; e conformação à tradição fundada no *terceiro momento crucial* da história da alfabetização no Brasil, proposto por Mortatti (2000a).

Estudando a história da alfabetização no Brasil, com ênfase na escolarização inicial de crianças, no período compreendido entre final do século XIX e dias atuais, constatei o complexo movimento marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, no âmbito de disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização. Com base em documentos que classifico como “tematizações”, “normatizações” e “concretizações”, proponho a divisão desse complexo movimento em quatro momentos cruciais. Cada um deles é marcado por um “novo” sentido atribuído à alfabetização, relacionado com a fundação de uma “nova tradição”, como resultado de disputas entre antigos e modernos e cuja face mais visível se encontra na questão dos métodos de alfabetização.

O *terceiro momento crucial* (meados dos anos de 1920 a final da década de 1970) se caracteriza pelas disputas entre defensores dos “antigos” métodos de alfabetização (sintéticos e analíticos) e os dos então “novos” testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita, criados por Manoel Bergström Lourenço Filho. Fundamentados em estudos sobre psicologia (da aprendizagem), os testes tinham caráter diagnóstico e prognóstico e deviam ser aplicados aos alunos matriculados no 1º ano primário. Os resultados individuais obtidos deviam servir de base para a organização de classes homogêneas e, ao mesmo tempo, para a organização do trabalho do professor, visando a obter rendimento adequado dos alunos assim como eficiência e economia para o sistema de ensino. Conforme centralidade desde então atribuída à psicologia, na direção do pensamento e da prática pedagógicos, tornam-se hegemônicas as bases psicológicas da alfabetização propostas por esse educador e psicólogo. Como decorrência, diferentemente dos dois momentos anteriores, esse *terceiro momento* se caracteriza, sobretudo, pela relativização da questão dos métodos de alfabetização e pela rotinização de métodos mistos ou ecléticos.

Esse deslocamento do eixo das discussões funda uma nova tradição, a “alfabetização sob medida”, concebida em novas bases científicas e diretamente associada ao movimento renovador do campo educacional desencadeado na década de 1920, à frente do qual também esteve Lourenço Filho.

As marcas dessa nova tradição fundada se encontram presentes nos cinco manuais abordados neste texto. Fundamentados no novo ideário pedagógico, em especial na “didática da escola nova”, seus autores – contemporâneos entre si e copartícipes de mesma rede de relações – tratam, de pontos de vista semelhantes, das questões relativas ao ensino da leitura e da escrita, seja como parte da metodologia do ensino primário, seja no âmbito específico da metodologia da linguagem.

Esses pontos de vista, por sua vez, estão também diretamente vinculados às mudanças impostas, nesse momento histórico, pela legislação sobre o livro didático e sobre o curso normal e o curso primário.

Acompanhando o gradativo processo de reorganização da educação brasileira, durante o Estado Novo (1927-1945), o livro didático fora objeto de regulamentação em nível federal, por meio do Decreto-lei

n.1106, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938), reestruturado pelo Decreto-lei n.8.460, de 26 de dezembro de 1945. Esse decreto traz a definição de livro didático, estabelece a liberdade de produção ou importação, assim como normas para sua elaboração e utilização. Determina, ainda, a obrigatoriedade de autorização prévia do Ministério da Educação para a adoção de livros didáticos – incluindo os editados pelos poderes públicos – em todos os níveis e modalidades de ensino, excetuando-se o ensino superior²². Uma vez que estar de acordo com a legislação era condição para autores e editoras obterem autorização para publicação,²³ os manuais analisados explicitavam a obediência às normas legais, por meio, por exemplo, de apresentação de informações em elementos paratextuais (capa, prefácio, orelhas) e de transcrição de programas de ensino.

Quanto ao ensino normal, responsável pela formação de professores primários, na Lei Orgânica de 1946, fixava-se, dentre suas finalidades, a de “[d]esenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância” (BRASIL, 1946a, p. 300).²⁴ Essa lei federal estabelecia tam-

²² No Capítulo I desse decreto, constam os seguintes artigos: “Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe. § 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares. § 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula. Art. 3º A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República. Art. 4º Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação, para que sejam adotados no ensino preprimário, primário, normal, profissional e secundário. [...] Art. 6º É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares. *Parágrafo único.* Fica vedado o ditado de vezes constantes dos compêndios ou o ditado de notas relativas a pontos dos programas escolares.” (BRASIL, 1938).

²³ Sobre o impacto da regulamentação e da avaliação do livro didático e os debates e problemas gerados à época, ver o capítulo de Estela Bertoletti, que integra este livro. [N.O.]

²⁴ Saviani (2005) distingue três momentos decisivos na trajetória histórica da formação docentes no Brasil. Mais diretamente relacionado com o tema deste texto é o segundo momento (décadas de 1920 a 1960), no qual: “[...] a partir das reformas do ensino no Distrito Federal, iniciada em 1932 por Anísio Teixeira e no Estado de São Paulo, em 1933, por Fernando de Azevedo, define-se o modelo de Escola Normal que, adotado por vários Estados brasileiros, se incorporou na Lei Orgânica do Ensino Normal decretada em 1946.” (p. 16). Com a finalidade de reorganizar a educação e o ensino, em bases científicas e alinhadas com as políticas de nacionalização e modernização do país, foram efetuadas reformas no ensino primário e no ensino normal. Neste, visava-se à profissionalização da atividade de educadores e professores, por meio de “[...] um novo modelo que corrigisse as insuficiências e distorções” (SAVIANI, 2005, p. 16.), criticadas na escola normal no século XIX. O paradigma adotado nessas reformas “[...] prevaleceu em âmbito nacional com a aprovação do decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946a) [que estabelece, no Artigo 4,] três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação. (BRASIL, 1946a, p. 301)”. O modelo de Escola Normal então estabelecido prevaleceu até a aprovação da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Como se sabe, essa lei modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para “Ensino de primeiro grau” (de oito anos) e “Ensino de segundo grau” (de três ou quatro anos). O caráter profissio-

bém que os programas das disciplinas desse curso deviam ser “simples, claros e flexíveis” e deviam ser compostos e executados em conformidade com “processos pedagógicos ativos”. Apresentavam-se ainda orientações explícitas para as aulas de Metodologia, nas quais deveria “[...] ser feita a explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino [...]”; e para a prática de ensino, a qual deveria se constituir de “[...] exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrem os conhecimentos teóricos e técnicos de todo o curso [...]” (BRASIL, 1946a).

Também conforme essa lei, a disciplina mais diretamente ligada com ensinar a ensinar leitura e escrita no curso primário era “Metodologia do ensino primário”, a ser ministradas nas duas últimas séries do curso normal. Devem-se ressaltar, ainda, a presença das disciplinas “Psicologia educacional” e “Prática de ensino”, diretamente relacionadas, respectivamente, com a ênfase nas bases psicológicas científicas do conhecimento sobre a infância e seu desenvolvimento, e com a necessidade de formação prática do professor.

Bases e orientações gerais semelhantes estavam igualmente presentes na Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei n.8.529, de 2 de janeiro de 1946), o qual determinava como princípios do ensino primário fundamental: “a) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância; b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos; c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça [...]” (Capítulo IV, Artigo 10). (BRASIL, 1946b). E a matéria “Leitura e linguagem oral e escrita” constava dos programas de todas as séries do Curso Primário elementar (de quatro anos) e do Curso primário complementar (de um ano).

Além desses aspectos e embora não seja possível discutir, na extensão deste texto, deve-se ressaltar como importante para a compreensão do sentido desses manuais, no contexto histórico de sua produção e circulação, o papel desempenhado pelas casas publicadoras dos manuais em questão e a criação de coleções didáticas, como estratégia editorial escolanovista (CARVALHO, 2006b; CARVALHO; TOLEDO, 2004).

nalizante imposto ao “2º. Grau” se estendeu à Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM), tendo resultado na extinção dos cursos e escolas normais assim como dos institutos de educação.

A consonância com políticas e teorias educacionais hegemônicas no momento histórico de sua publicação, articuladamente à expansão do mercado editorial de livros didáticos, constituem os principais aspectos a que se podem atribuir: o prestígio conquistado pelos autores-professores desses manuais, que ficaram conhecidos por sua obra como escritores didáticos;²⁵ e a ampla circulação desses manuais, que tiveram considerável número de edições e tiragens, tendo sido utilizados em vários estados brasileiros,²⁶ até pelo menos a década de 1970.²⁷

Tendo em vista a relação direta com seus contextos de publicação e de circulação, pode-se considerar que o “ciclo de vida” dos manuais analisados acompanha o “ciclo de vida” do curso normal e o correspondente modelo de formação de professores, assim como o “ciclo de vida” *explícito* da “didática da escola nova” e das bases psicológicas “lourencianas”, as quais caracterizam o *terceiro momento crucial* na história da alfabetização, no Brasil.

Com a extinção do curso normal, de acordo com as bases técnicas e políticas da educação nacional estabelecidas pela Lei 5692, de 1971, os manuais de ensino produzidos nas décadas anteriores foram-se tornando “dispensáveis”, até “desaparecerem” das orientações oficiais, dos catálogos das editoras e dos cursos de formação de professores (primários).

Especificamente no que concerne ao ensino inicial de leitura e escrita, a “dispensabilidade” dos manuais de ensino também está vinculada à introdução, na década de 1980, da teoria construtivista em alfabetização,

²⁵ O processo de profissionalização do escritor didático, que engendrou especialidade editorial correspondente, expandiu-se e firmou-se, no Brasil, nas décadas iniciais do século XX, com a publicação de livros didáticos para o ensino primário, em particular as séries de leitura graduada, compostas por cartilhas e livros de leitura. A esse respeito, ver, especialmente, Mortatti (2010).

²⁶ Merece destaque o fato de esses manuais terem circulado nas bibliotecas dos Institutos de Educação do estado de São Paulo, como leituras destinadas aos alunos do Curso Normal, como exemplifica a pesquisa de Valéria Souza dos Santos (2003) sobre a biblioteca do Instituto de Educação “Peixoto Gomide”, de Itapetininga - SP: os manuais aqui analisados constavam do acervo dessa biblioteca; Amaral Fontoura, Antônio d’Ávila, J. Budin e Theobaldo Miranda Santos figuravam entre os principais autores que tinham manuais de ensino disponíveis nesse acervo; Amaral Fontoura e Santos estavam entre os autores com maior número de ocorrência de títulos sobre educação e ensino na biblioteca desse IE.

²⁷ Assim como a maior parte dos livros didáticos do acervo do GPHELLB, localizei os exemplares dos manuais analisados neste texto em sebos paulistanos, entre 1992 e 1993, e os adquiri por preços irrisórios. Naquela época, eram livros esquecidos numa espécie de “limbo”: já não serviam para sua finalidade original, porque, no curso normal, não havia mais espaço, seja para manuais, em si, seja para as concepções de educação, formação de professores e ensino de leitura e escrita que eles veiculavam; e esse tipo de impresso ainda não tinha sido amplamente “descoberto” em seu valor documental, como uma das fontes privilegiadas para pesquisas em história da educação, cuja expansão como campo de pesquisa então se sedimentava, no Brasil.

segundo apropriações dos resultados das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita, realizadas por Emilia Ferreiro e colaboradores. A hegemonia dessa teoria centrada no processo de *aprendizagem* do aluno como decisiva para a aquisição da língua escrita²⁸ resultou em progressivo processo de “desmetodização da alfabetização”, neste *quarto momento crucial* na história da alfabetização, no Brasil.

Tendo-se deslocado o eixo das discussões para o processo (psicogenético) da aprendizagem, tanto a secular discussão sobre métodos de *ensino* inicial de leitura e escrita a crianças quanto suas concretizações em cartilhas de alfabetização e em manuais de ensino passaram a ser tidas como “tradicionais”. Foram, assim, gradativamente abolidas do discurso oficial e do discurso pedagógico. Não desapareceram, porém, os antigos métodos de alfabetização, cartilhas e instruções de ensino. Ainda que implícita e silenciosamente, continuam atuando, uma vez que foram incorporados à tradição – de que são constitutivos – fundada no *terceiro momento* da história da alfabetização, no Brasil.

A função instrucional, prescritiva e normativa dos manuais de ensino, por sua vez, foi transferida para outros “dispositivos” a serviço da concepção operante de professor como executor de programas governamentais/políticas públicas.²⁹ E eles foram substituídos por outros tipos de impressos de caráter didático-pedagógico, sob a forma quer de documentos oficiais, como, por exemplo, se verifica em propostas curriculares ou em programas de formação de professores, quer de livros de divulgação, em coleções “destinadas ao magistério”. Talvez, ainda, tenham simplesmente deixado de circular, nos cursos de formação de professores, os impressos sob a forma de livros, em favor das cópias “xerox” de livros, de capítulos e de artigos ou, mais recentemente, em favor de textos em formato eletrônico, para leitura em tela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da forma sintética, conforme cabível na extensão deste texto, os principais aspectos da configuração textual dos cinco manuais

²⁸ A esse respeito, ver, por exemplo: Mortatti (2000a) e Mello (2007).

²⁹ A esse respeito, ver, especialmente: Magnani (1993) e Mortatti (2008).

analisados propiciam constatar que eles ocupam lugar destacado na história recente da alfabetização, no Brasil. Juntamente com as cartilhas de alfabetização e os livros de leitura, esses manuais contribuíram para constituição, instituição, transmissão e perpetuação de certo modo de pensar, sentir, querer e agir, os quais se tornaram modelares para a conformação de práticas de ensino de leitura e escrita, no Brasil.

Mesmo com o “desaparecimento” dos manuais, em si, esses modelos permanecem e são indicativos de complexo processo de sua transmissão para as novas gerações de professores alfabetizadores, por meio uma cultura escolar que, com constantes ajustamentos e atualizações, permanece atuante, até hoje, nas práticas de ensino de leitura e escrita, no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, A. M. *Didática da Escola Nova*. Tradução e notas J. B. Damasco Penna e Antônio D'Ávila. São Paulo: Ed. Nacional, 1935. (Atualidades Pedagógicas, v. 15).
- ARROYO, L. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para a sua história e as suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa* (USP), São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 384 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BOTO, C. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. *Educação e Pesquisa* (USP), São Paulo, v. 30, n. 3, p. 493-511, 2004.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938*. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Brasília, DF, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- _____. *Lei Orgânica do Ensino Normal*. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Brasília, DF, 1946a. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganica-ensinonormal.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Brasília, DF, 1946b. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoprimario.htm>>. Acesso em: 15 out. 2013.

BUDIN, J. *Metodologia da linguagem*: para uso das escolas normais e institutos de educação. São Paulo: Ed. Nacional, 1949.

CARNEIRO, O. L. *Metodologia da linguagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, [1951] 1955.

CARVALHO, M. M. C. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFGO, 2006a. p. 1-10.

_____. Livros e revistas para professores: configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: PINTASSILGO, J. et al. (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil*: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri: Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade Lisboa, 2006b. p. 141-175.

_____. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2007. Não paginado.

CARVALHO, M. M. C.; TOLEDO, M. R. A. A coleção como estratégia editorial de difusão de modelos pedagógicos: o caso da Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBHE, 2004. Não paginado.

CARVALHO, R. L. *Um estudo sobre 'Noções de metodologia do ensino primário', de Theobaldo Miranda Santos*. 2001. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

CHARTIER, A. M. *Enseñar a leer y escribir*: una aproximación histórica. Tradução Diana L. Sánchez. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. Método silábico e método global: alguns esclarecimentos históricos. *História da Educação*, Pelotas, v. 5, n. 10, p. 141-154, 2001.

CHEVALLARD, Y. *La transposition didactique*: du savoir savant au savoir enseigné. Paris: La Fenséé Sauvage, 1991.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Tradução Maria Adriana C. Cappello. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009.

D'ÁVILA, A. *Práticas escolares: de acordo com o programa de ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1942. (1ª edição em 1940).

EDITORA AURORA. In: FONTOURA, A. A. *Metodologia do ensino primário: contendo a matéria dos 2º e 3º anos do Curso Normal*. 18. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1971. p. XXII.

FONTOURA, A. A. *Metodologia do ensino primário: contendo a matéria dos 2º e 3º anos do Curso Normal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Aurora, [1955] 1961.

FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCISCO, D. A. *Um estudo sobre 'Metodologia do ensino primário' (1961), de Afro do Amaral Fontoura*. 2006. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

GALLUZZI, M. *Um estudo sobre 'Metodologia da linguagem' (1955), de Orlando Leal Carneiro*. 2006. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução M. P. Villalobos e L. L. Oliveira. São Paulo: T.A. Queirós: EDUSP, 1985.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 16, n. 69, p. 3-9, jan./mar. 1996.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita*. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

MAGNANI, M. R. M. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

_____. Testes ABC e a fundação de uma tradição: alfabetização sob medida. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), Campinas, v. 31, p. 145-168, 1996.

MELLO, M. C. O. *Emília Ferreiro e a alfabetização no Brasil: um estudo sobre 'Psicogênese da língua escrita'*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994*. Brasília,DF: MEC/INEP/COMPED; São Paulo: Ed. UNESP, 2000a.

_____. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 20, n. 52, p. 41-54, nov. 2000b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000300004&script=sci_art-text>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 89, p. 467-476, 2008.

_____. Antonio Firmino de Proença, na história da alfabetização no Brasil. In: RAZZINI, M. P. G. (Org.). *Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor*. São Paulo: Porto de Ideias, 2010. p. 117-139.

_____. (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MORTATTI, M. R. L. et al. Manuais para a formação de professores primários (1940-1960) e a conformação de práticas de ensino de leitura e escrita no Brasil. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., 2009, Niterói. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, LIHED - Núcleo de Pesquisa Livro e História Editorial no Brasil, 2009. p. 1-14.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 3[30], p. 179-197, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, F. R.; TREVISAN, T. Livros recomendados para o ensino de leitura e escrita na escola primária paulista: a Comissão do Livro Didático de 1918. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1., SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA, 2., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte; Marília: Associação Brasileira de Alfabetização, 2013. p. 1-18.

PEREIRA, B. C. *Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: circulação de saberes pedagógicos Brasil/França (1874-1889)*. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

PFROMM NETO, S.; ROSAMILHA, N.; DIB, C. Z. Comunicação e expressão. In: PFROMM NETO, S. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor: INL, 1974. p. 151-221.

SALES, G. G. P. *Um estudo sobre 'Metodologia da linguagem' (1949), de J. Budin*. 2009. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SANTOS, T. M. *Noções de metodologia do ensino primário: para uso das escolas normais*, Institutos de educação e Faculdades de Filosofia. 11. ed. São Paulo: Ed. Nacional, [1950] 1967.

SANTOS, V. S. *Leituras para professorandos: uma descrição do acervo da biblioteca do instituto de educação "Peixoto Gomide", de Itapetininga (1953-1975)*. 2003. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

SAVIANI, D. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2005.

SILVA, V. B. *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971)*. 2001. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TREVISAN, T. A. *História da disciplina Pedagogia nas escolas normais do estado de São Paulo (1874-1959)*. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

_____. *Um estudo sobre ‘Práticas Escolares’ (1940), de Antônio D’Ávila*. 2003. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

